

Termômetro do Radar de Projetos (TRP)

Apresentação de Resultados 2019-2021



RADAR **PPP**

Segmento:

Iluminação Pública



OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

fevereiro
2021

3 de fevereiro de 2021

O Radar de Projetos

OFERECIDO POR:

DESENVOLVIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

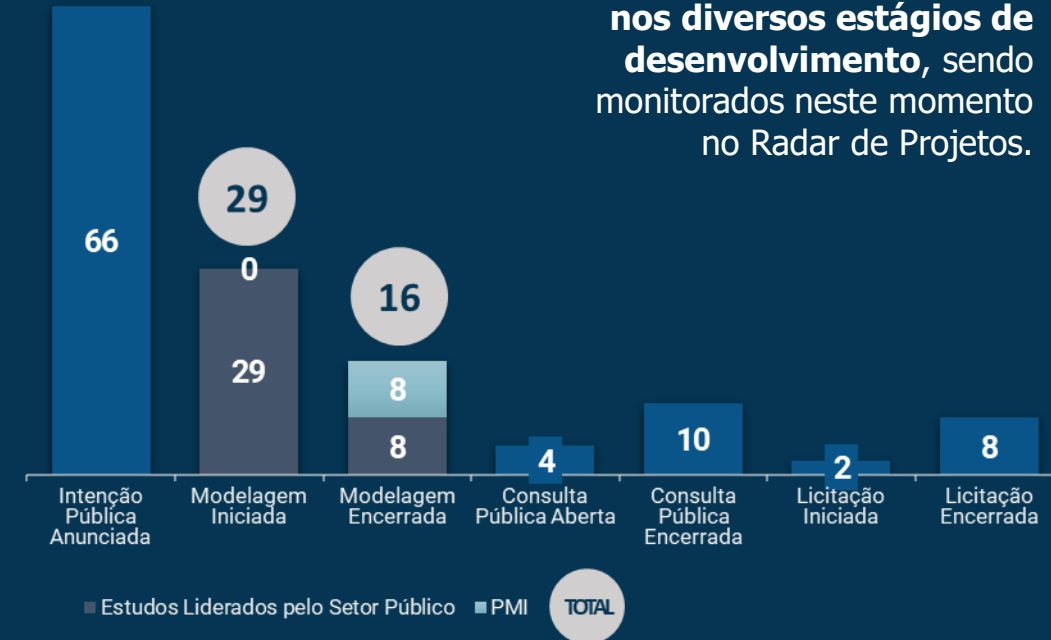


- São **48 os contratos de PPP** do segmento de **Iluminação Pública** monitorados em nosso banco de dados.



- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP possui, atualmente, **informações sobre mais de 2.850 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.

- O segmento de **Iluminação Pública** é o primeiro em **concentração de projetos**, com 390 iniciativas identificadas.



- Existem **135 projetos nos diversos estágios de desenvolvimento**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, há **151 outros projetos**, não computados no gráfico acima, que alcançaram a situação de paralisados nos últimos meses e **que podem retornar para situação de projetos ativos em 2021.**

Iluminação Pública

Nos últimos 30 dias...



4
 novos projetos inseridos

foram detectados 4 novos projetos de Iluminação Pública, sendo dois em municípios do Maranhão.



2
 consultas públicas abertas

2 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública, cujos concedentes municipais são do MA.



35
 novidades capturadas

35 novidades capturadas por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias impactaram 32 projetos, atualizando seus históricos.



6
 evento mapeado

a agenda dos projetos revela 6 evento associado a 5 projeto para os próximos 30 dias.

Novos Projetos

Iluminação Pública (Balneário Gaivota)
 Iluminação Pública
Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Encerrados



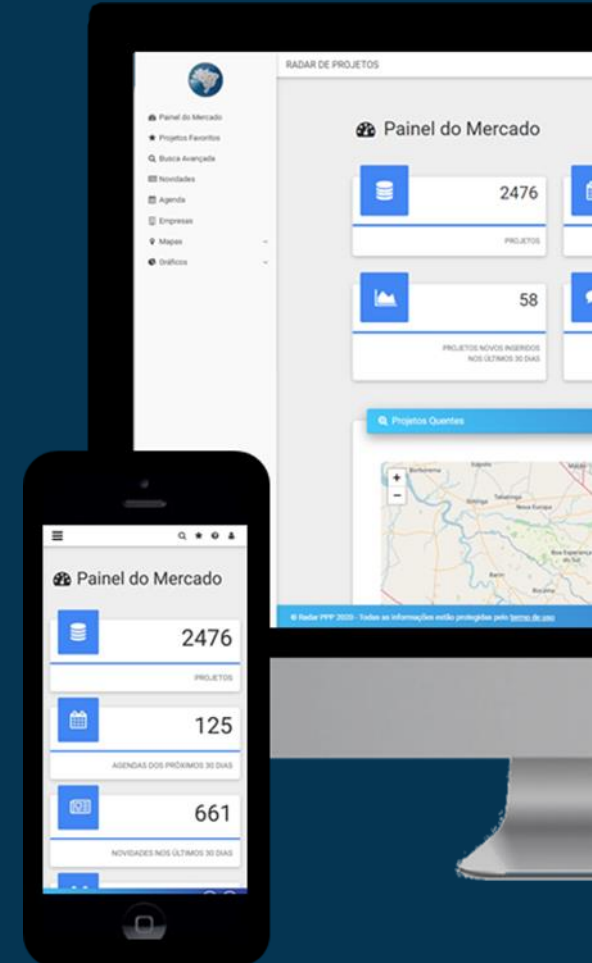
Santa Catarina | Balneário Gaivota

Iluminação Pública (Tuntum)
 Iluminação Pública

Consulta Pública Aberta



Maranhão | Tuntum



Conceber e implantar projetos de receita acessória dentro de uma concessão de IP já seria desafiador o suficiente. **Monetizá-lo é ainda mais.**

Por mais que as concessionárias instaladas tenham tentado, a única receita acessória efetivada foi a oriunda da venda dos materiais substituídos nas redes de IP e inservíveis.

A novidade em si é uma grande dificuldade. O assunto é novo para todo mundo, no mundo todo. Gera incertezas (competências, regulação, fiscalização, etc.).

Falta uma governança pelo lado do parceiro público. Muitos casos envolvem aprovações de diversos órgãos municipais, e esta concertação não é automática e nem pré-estabelecida.

Controlar com rigor uma atividade que é diretamente conectada à tecnologia e inovação parece um contrassenso. O ideal seria conceder **liberdade total para geração de receitas acessórias**, desde que não prejudiquem os indicadores de performance da concessão.

Atualmente, os projetos associados à IP mais óbvios são os que trazem melhorias na prestação de outros serviços públicos. Ou seja, haveria um aprofundamento na prestação dos serviços ao Poder Concedente e **maior exposição ao seu risco de crédito.**

Como o investimento não seria voltado a IP em sentido estrito, seria **muito difícil justificar o uso da COSIP** para pagar ou garantir estes novos pagamentos pelo parceiro público.

O **elevado compartilhamento das receitas acessórias** com o Poder Concedente cria um **desincentivo** a um investimento atualmente tão arriscado.

Para encerrar esta breve análise, há a questão da **competência/capacidade da concessionária de IP para prestar serviços e aplicações de smart cities** que não necessariamente se enquadram como serviços de iluminação pública.



Frederico Bopp
Dieterich, sócio da
área de Infraestrutura
do Azevedo Sette
Advogados

“Monetizar receitas acessórias em PPPs de IP é mais difícil do que pode parecer.”



Iluminação Pública

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

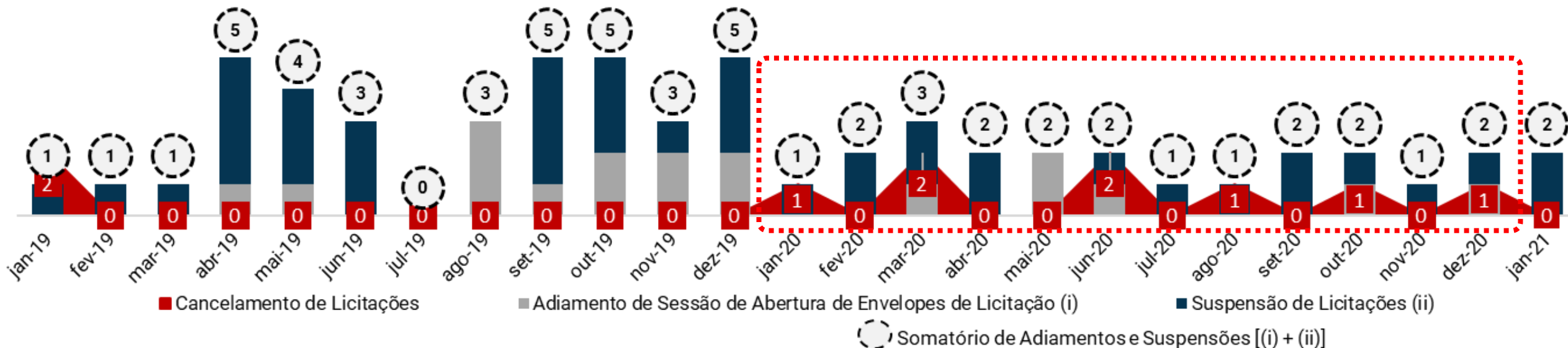


Iluminação Pública



Variáveis do TRP: adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

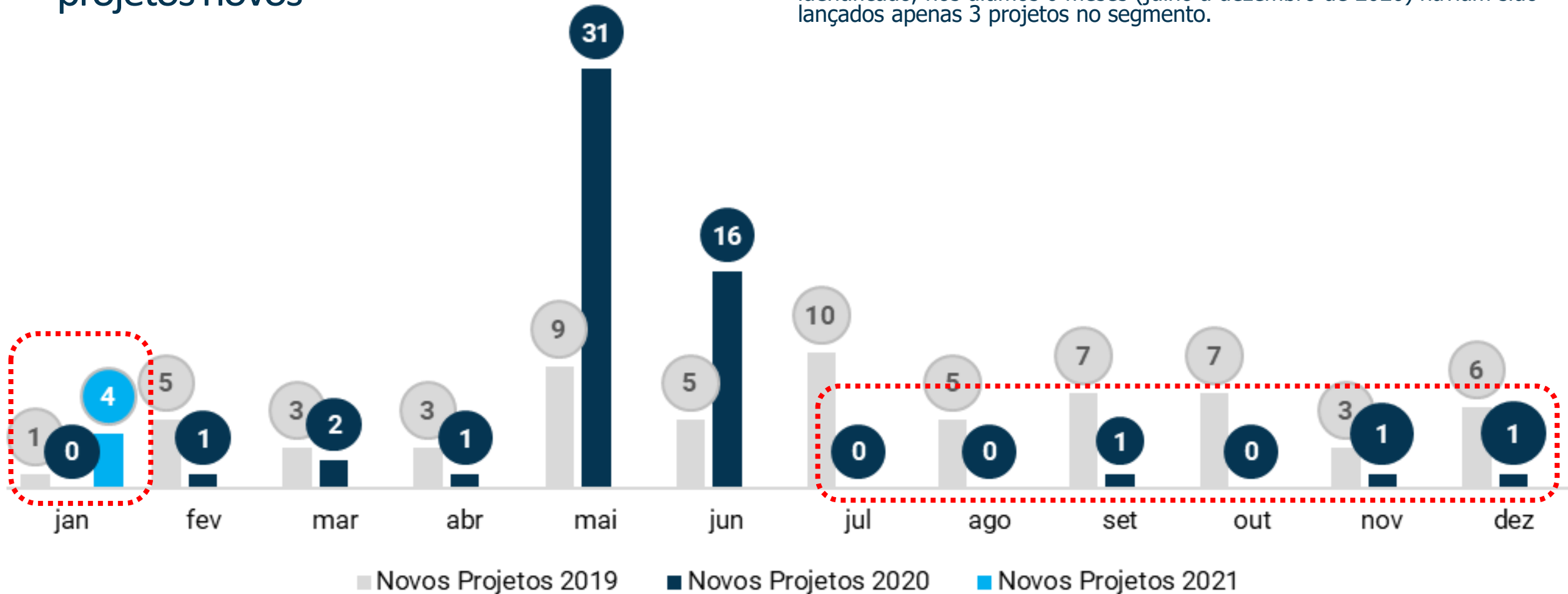
- 1 Tradicionalmente o segmento de iluminação pública não apresenta elevado quantitativo de projetos que tenha licitações canceladas. Como na maior parte da série, não foram observadas estas ocorrências em janeiro/21.
- 2 Foram observados 2 adiamentos e suspensões de licitações em janeiro/21, patamar semelhante ao observado em todo o ano de 2020.



Iluminação Pública

Variáveis do TRP:
projetos novos

3 O ano de 2021 se inicia intenso no segmento de iluminação pública. Foram 4 novos projetos lançados, patamar superior ao observado nos meses de janeiro de 2019 (1) 2020 (0). Para se der ideia do quão expressivo é o valor identificado, nos últimos 6 meses (julho a dezembro de 2020) haviam sido lançados apenas 3 projetos no segmento.



■ Novos Projetos 2019

■ Novos Projetos 2020

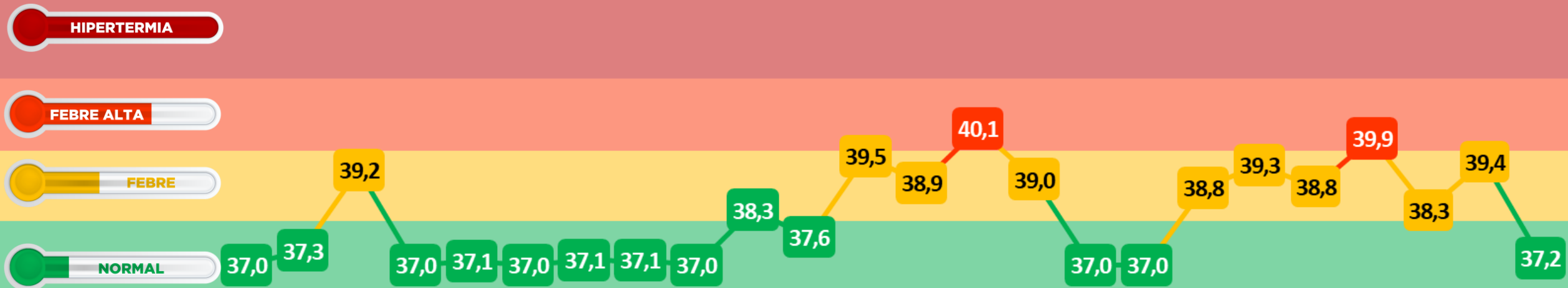
■ Novos Projetos 2021

Iluminação Pública



Evolução do Termômetro do Radar de Projetos TPR 2019 – 2021

- O ano de 2020 foi de grande variação de temperatura para o segmento de iluminação pública. O setor chegou a apresentar febre alta em outubro, quando alcançou 39,9°C.
- Já o ano de 2021 se inicia semelhante ao ano de 2019, com temperatura normal. Após 6 meses de temperatura febril, o segmento retornou à normalidade em janeiro/21.



fev-19 mar-19 abr-19 mai-19 jun-19 jul-19 ago-19 set-19 out-19 nov-19 dez-19 jan-20 fev-20 mar-20 abr-20 mai-20 jun-20 jul-20 ago-20 set-20 out-20 nov-20 dez-20 jan-21

Superação dos desafios | *Smart Cities* através do uso das redes de iluminação pública

Não se pode negar os potenciais ganhos econômicos e benefícios sociais significativos que a implantação de *smart cities* (cidades inteligentes) pode gerar através da adoção de aplicações inovadoras para lidar com desafios associados à saúde, mobilidade urbana, abastecimento de água, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, dentre outros.

No âmbito da Administração Pública, o aspecto principal das *smart cities* relaciona-se ao uso eficiente dos recursos públicos através do planejamento da cidade e à possibilidade de integração entre as demandas de sua população e a atuação dos agentes públicos. Não se trata apenas de trazer para a cidade novas tecnologias, mas garantir melhora na qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, o conceito de cidades inteligentes vai muito além da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicações, compreendendo, também o uso de sistemas urbanos inteligentes para a melhor alocação de recursos públicos, envolvendo também, de maneira mais abrangente, a participação governamental na criação de redes de transportes urbanos mais inteligentes, instalações melhoradas de abastecimento de água e de eliminação de resíduos, formas mais eficientes de iluminação, administração urbana mais interativa e segura para a população, dentre outros serviços públicos que utilizem integração e interconexão de sistemas e infraestruturas para permitir um melhor desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico.

No Brasil, houve algumas tentativas frustradas de implantação de *smart cities* por meio de PPPs cujo objeto contemplava a gestão integrada do serviço de iluminação pública e a implementação de soluções tecnológicas como monitoramento do trânsito, veículos e prédios públicos. O projeto Itatiba: Cidade + Inteligente, por exemplo, teve a licitação suspensa pelo TCU/SP, sob a alegação de ilegalidade focada na chamada aglutinação de serviços distintos e impossibilidade de remuneração da prestação dos serviços de tecnologia pela COSIP, cujos recursos são constitucionalmente vinculados ao serviço de IP. Em contrapartida, temos a PPP do parque de iluminação pública celebrado por Belo Horizonte/MG para a substituição de 182 mil luminárias de vapor de sódio por LED, das quais ao menos 20% deverão adotar o sistema de telegestão, que permite o monitoramento pelo Centro de Controle e, ainda, a incorporação de outras tecnologias, como internet Wi-Fi e câmeras.

No mundo temos diversos exemplos de cidades que utilizam a rede de iluminação pública para integrarem soluções inteligentes. Barcelona, na Espanha, talvez seja o exemplo mais emblemático, tendo recebido em 2014 o título de *smart city* em função de projeto desenvolvido pela municipalidade que, integrando iluminação pública, veículos elétricos, internet pública (Wi-Fi) e controle de temperatura, umidade e poluição nas vias públicas, viabilizou a otimização desses serviços em bases sustentáveis.

**Contribuição de Helena Virgili, advogada da área de Infraestrutura do Azevedo Sette*

Azevedo Sette
ADVOGADOS



Rafael Adler, sócio da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

“Smart cities devem compreender também o uso de sistemas urbanos inteligentes para a melhor alocação de recursos públicos.”



O presente documento é um oferecimento de **Azevedo Sette Advogados** e da **Radar PPP**

Informação e análise de qualidade são elementos fundamentais para que o mercado de PPPs e concessões possa se desenvolver.

Entre em contato!

Infraestrutura e Projetos

Azevedo Sette Advogados é um dos principais escritórios no setor de infraestrutura e Direito Público. Temos tradição de mais de 40 anos em licitações, privatizações, direito regulatório, concessões, PPP (Parcerias Público-Privadas), contratos de engenharia e contratos administrativos. Também temos participação ativa nas fusões e aquisições de infraestrutura, bem como no financiamento de projetos (*project finance*) no Brasil e no exterior. Particularmente em relação às PPPs, nossa atuação inclui, ainda, a representação dos nossos clientes em demandas de contencioso administrativo e judicial, particularmente em casos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Experiência em M&A, Contratos, Direito Regulatório Contencioso e Arbitragem, PPPs, PMI, MIP, BTO, Concessões, Project Finance, Investimentos, entre outros.



Azevedo Sette
ADVOGADOS

Visite nosso site: azevedosette.com.br



O Radar de Projetos é o mais completo banco de dados sobre a experiência brasileira com concessões e PPPs. Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O Termômetro do Radar de Projetos é um oferecimento da Radar PPP para os milhares de profissionais que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade das concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo o emprego de recursos públicos e tarifários.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre estará aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

 **RADAR PPP**

Visite nosso site: radarppp.com



Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>.